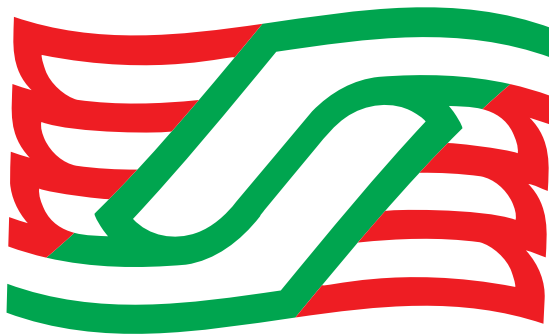




mutualidades portuguesas

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

**RELATÓRIO E CONTAS
2010**



mutualidades
portuguesas

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

RELATÓRIO E CONTAS 2010

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

19 de Março de 2011

CONVOCATÓRIA

Convocam-se as Associações filiadas na **União das Mutualidades Portuguesas** a reunir em Assembleia Geral Ordinária, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas b) e e) do artigo 21º dos Estatutos, a realizar no dia **19 de Março de 2011**, pelas 10 horas, no **Salão Nobre da ASM dos Empregados no Comércio de Lisboa, sito no Largo de S. Cristóvão n.º 1**, em Lisboa, com seguinte ordem de trabalhos:

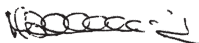
1. Apreciar e votar o Relatório e Contas do exercício de 2010 e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal.
2. Informação sobre:
Linhas gerais conducentes à actualização do Código Mutualista.
3. Outros assuntos de interesse relacionados com a actividade das Mutualidades.

Uma vez que, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º dos Estatutos, para que a Assembleia Geral possa reunir em primeira convocação, é necessária a presença de mais de metade dos Associados com direito a voto, e de modo a acautelar a eventualidade de não estar presente esse número de Associados, ficam desde já convocados os Associados para reunir, em segunda convocação, igualmente no dia 19 de Março de 2011, meia hora mais tarde, ou seja, **pelas 10h30**, no mesmo local, qualquer que seja o número de Associados presentes.

Informa-se que, para os legais efeitos, a documentação referente ao ponto 1 da presente convocatória estará disponível para consulta na sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e no respectivo site (www.mutualismo.com), a partir dos 15 dias anteriores à realização da agenda da Assembleia Geral.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



Maria de Belém Roseira

Nota

Sendo a Assembleia Geral constituída pelas Associações que estejam no pleno exercício dos seus direitos Associativos, os respectivos representantes carecem de ser credenciados através de carta-mandato conferindo poderes bastantes para votarem como entenderem. Esse documento carece das assinaturas dos membros suficientes para obrigarem as Direcções das Associações filiadas.

Nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da UMP, as quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são satisfeitas antecipadamente, por trimestre, semestre ou ano.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2010

ESTIMADOS ASSOCIADOS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, essencialmente nos termos da alínea b) do artigo 28.º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, ao Conselho de Administração cumpre apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2010, documento que, em obediência à alínea b) do artigo 33.º dos mesmos Estatutos, vai suportado pelo Parecer do Conselho Fiscal, os quais, nos termos da alínea f) do artigo 19.º, irão ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Geral.

I – INTRODUÇÃO

O ano de 2010 ficará assinalado pelos efeitos do agravamento da crise financeira, económica, social, política e mesmo civilizacional que assolou o mundo inteiro, mas com maior impacto na Europa, e a que o nosso país não ficou imune.

Foram-se sucedendo as más notícias acerca das dificuldades com a dívida soberana dos países periféricos da Europa, o que levou a que a Grécia, primeiro, e a Irlanda, depois, tivessem de recorrer à ajuda da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional, sem que tal solução tivesse sido suficiente para sustentar a exigência de elevadas taxas de juro pelo mercado para comprarem dívida pública daqueles países, o que veio a aconselhar a criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e a intervenção inédita do Banco Central Europeu no mercado secundário de dívida pública dos países em dificuldades.

Portugal, em virtude do significativo défice sistemático da sua balança de pagamentos com o Exterior, que se vem acumulando ao longo dos anos e que se traduz por uma pesada dívida externa, a que se adicionou um elevado défice orçamental, originando uma vultosa dívida pública, e a que ainda acresceu um débil ritmo de crescimento económico, criou as condições propícias para se colocar na mira dos «especuladores», que passaram a exigir taxas de juro cada vez mais elevadas para deterem dívida pública portuguesa, apesar dos sucessivos esforços do Governo português para acalmar o mercado, tomando medidas de consolidação orçamental, inclusive com recurso a receitas extraordinárias, com efeitos cada vez mais recessivos em relação à despesa nacional, tanto na sua parte de consumo, público e privado, como na sua parte de investimento.

Com efeito, tendo o nosso país vindo a viver acima das suas possibilidades, na medida em que não tem conseguido produzir o suficiente para fazer face às suas necessidades presentes (consumo) e futuras (investimento), tem incorrido sistematicamente em défice da balança de pagamentos com o Exterior, ou seja, tem recorrido à poupança externa para complementar a exiguidade da poupança interna, para assim financiar o investimento.

Quando este investimento é reprodutivo, contribuindo para a produção de bens transaccionáveis e exportáveis ou substitutivos de importações, o próprio crescimento económico, traduzindo-se em menor dependência do exterior, cria condições de confiança quanto à capacidade de pagamento do serviço da dívida externa, não se colocando pressões no mercado com subidas das taxas de juro. Quando assim não acontece, as agências de «rating» e o mercado reagem desfavoravelmente, exigindo este mais elevada remuneração pelo risco de deter dívida externa, seja ela emitida pelo Estado (dívida soberana), pelas Instituições Financeiras ou pelas Empresas Não Financeiras.

E o que está em causa não é só o lado da estabilização financeira, que se tem procurado alcançar pela via da consolidação orçamental (redução do défice, através da diminuição das despesas, entre as quais os salários, e do aumento das receitas, principalmente dos impostos, quer sobre os rendimentos, quer sobre as despesas), mas sobretudo o lado do crescimento económico, fortemente comprometido pela falta de confiança dos agentes económicos, agravada pelos efeitos depressivos das medidas anteriormente referidas, que contribuíram para desincentivar o consumo e, por efeitos reflexos, a produção e o investimento, gerando o desemprego e a pobreza, num círculo vicioso que tende a auto-alimentar-se e que é preciso interromper e inverter.

Uma coisa é certa. Não vamos poder continuar a viver acima das nossas possibilidades, pelo que a solução tem de passar por produzirmos mais e melhor, aproveitando todos os factores produtivos ociosos e ineficientes, desde a terra e o mar até às pessoas, passando pelas instalações, equipamentos e organizações, de modo a, com mais formação, inovação e reorganização, melhorar a produtividade e a competitividade da nossa economia e, assim, fazer crescer o nosso produto interno bruto (PIB).

Mas não basta produzir mais e melhor. É preciso também gastar menos e poupar mais, de modo a que a nossa poupança interna tenha cada vez mais capacidade

de financiamento do nosso investimento, criador de capacidade produtiva e de emprego, e deixarmos de depender o mais possível do Exterior, e, portanto, de acumular excessiva dívida externa. E poupar mais, para as pessoas que vivem no limiar da pobreza, é praticamente impossível, pois já não têm margem de manobra, mas, para as restantes, poupar mais não se traduz necessariamente em diminuição do seu nível de bem-estar, pois bastará eliminar os desperdícios, os excessos e os supérfluos, o que poderá contribuir até para uma melhoria da saúde, individual e pública.

É preciso produzir mais e melhor, gastar menos e poupar mais, mas é preciso também prestar muita atenção à forma como se faz a distribuição dos bens e serviços produzidos pela população, de modo a que seja garantido o mínimo de subsistência a todos os cidadãos. Esta função redistributiva, que deve ser assegurada pelo Estado, com base no princípio da solidariedade social, dificilmente será adequada, sendo necessário que, a par com ela, se concretize, organizada ou não, a solidariedade familiar, dos amigos, dos vizinhos, dos colegas de trabalho e da comunidade.

E chegados aqui, põe-se a questão de saber quem serão os agentes desta mudança necessária. E a resposta não pode ser outra: seremos todos nós, individualmente e em família, as empresas, as organizações da sociedade civil, o Estado e as organizações internacionais.

É neste contexto, de falta de confiança e de mal-estar dos agentes económicos, pondo em causa a economia de mercado, em virtude da crise em que mergulhou, e a economia pública, pelas restrições orçamentais impostas pela resposta à crise, que ganha relevo o papel a desempenhar pelas instituições da economia social (e solidária), tão bem documentado na Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, de 25 de Março de 2010. Neste importantíssimo documento, o Parlamento Europeu reconhece a fundamental importância da economia social na construção do modelo social europeu, em virtude do seu paradigma social, do elevado nível de serviços, bens e empregos que gera e das capacidades de antecipação e de inovação dos seus promotores, convidando a Comissão Europeia «a implementar a promoção da economia social nas suas novas políticas e a defender o conceito de ‘abordagem empresarial diferente’ da economia social, cujo motor principal não é a rentabilidade financeira, mas sim a rentabilidade social, de modo a que as especificidades da

economia social sejam tomadas realmente em conta na elaboração de enquadramentos jurídicos».

Constatando a necessidade de reconhecer os estatutos europeus relativos às associações, às mutualidades e às fundações e dado que as propostas da Comissão para um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os estatutos das duas primeiras foram retiradas, o que constituiu um recuo significativo para o seu desenvolvimento, o Parlamento Europeu insta a Comissão a rever o seu programa de trabalho em conformidade. Os trabalhos relativos ao estatuto europeu das mutualidades estão a decorrer, assegurando o nosso Vice-Presidente Dr. Pedro Bleck da Silva, a convite da AIM, uma das presidências do respectivo Grupo de Trabalho.

A nível nacional, também a problemática do enquadramento jurídico da Economia Social foi assumida pelo Conselho Nacional da Economia Social, tendo para o efeito sido criado recentemente um Grupo de Trabalho para a Reforma Legislativa da Economia Social e Solidária, no qual participa a União das Mutualidades Portuguesas. Entretanto, já em Fevereiro de 2011, deram entrada na Assembleia da República 2 Projectos de Lei de Bases da Economia Social, um apresentado pelo PSD e o outro pelo Bloco de Esquerda, abrindo, assim, a discussão parlamentar sobre esta matéria.

Registe-se, entretanto, a publicação, a 7 de Julho de 2010, pela Comissão Europeia, do Livro Verde sobre Regimes Europeus de Pensões Adequados, Sustentáveis e Seguros, o qual mereceu um Parecer do Comité Económico e Social Europeu, publicado já em 20 de Janeiro de 2011. Segundo o primeiro documento, tais regimes são considerados uma prioridade para o reforço da coesão social na União Europeia e constituem um desafio considerável, dada a forte tendência para o envelhecimento demográfico da Europa, agravada pelos efeitos da crise financeira e económica a que acima já se fez referência e que tiveram fortes repercussões nos orçamentos públicos, nos mercados de capitais e nas empresas.

Com efeito, segundo este documento, nos últimos 50 anos, a esperança de vida aumentou em cerca de 5 anos na União Europeia e nos próximos 50 anos projecta-se outro aumento de cerca de 7 anos, o que, conjugado com as baixas taxas de fecundidade, provocará uma alteração drástica na estrutura etária da população, duplicando o rácio de dependência da velhice, que passará das actuais 4 pessoas em idade activa para cada pessoa com mais de 65 anos para 2 para 1, em 2060. O impacto do desafio demográfico, agravado pela crise, tenderá a reduzir o crescimento

económico, cuja única fonte residirá na produtividade do trabalho, e a colocar as finanças públicas sob pressão, porquanto se prevê que as despesas públicas afectas ao envelhecimento venham a aumentar quase 5 pontos percentuais do PIB até 2060, metade das quais em despesas com pensões de reforma.

Interessante é assinalar, ainda segundo o mesmo documento, outra tendência de longa data, a mudança societal (agregados familiares com um só indivíduo, casais sem filhos e afastamento geográfico das diferentes gerações de uma família), que está a obrigar a uma organização mais formal da prestação de serviços de assistência, que poderiam, noutras circunstâncias, ser prestados nas próprias famílias, criando dificuldades adicionais ao financiamento dos cuidados de saúde e dos cuidados de longa duração.

Tudo isto constitui um desafio acrescido para o movimento mutualista, em cujo ADN se inscreve a busca de respostas para as necessidades das pessoas, nas vertentes de previdência social complementar e de saúde complementar, e a que se adicionam as necessárias ajudas, não só aos longevos, proporcionando-lhes uma vida digna e de qualidade, mas também às crianças, fornecendo aos pais serviços de acolhimento, de cuidado e de educação, com o fim de estimular a taxa de natalidade, como forma de promover o requerido reequilíbrio demográfico.

Dentre as necessidades a satisfazer, há uma, de natureza intangível, mas que se torna cada vez mais notória na nossa sociedade, inclusivamente sendo objecto de notícias chocantes, que é a solidão, não desejada, e provocada pela mudança societal a que acima se faz referência, a que se adicionam comportamentos sociais cada vez mais individualistas e egoístas. Esta problemática é tanto mais importante quanto é certo que, em Portugal, a população idosa representa 17,5% do universo populacional (10 655 milhões) e, segundo indicadores tratados pelo Instituto do Envelhecimento, existem 2 em cada 3 portugueses, na franja dos 65/74 anos, que afirmam sentir-se sós, proporção esta que sobe para 3 em 4, quando a idade é igual ou superior a 75 anos.

Na realidade, a pessoa humana é um ser eminentemente social, tendo necessidade dos outros, em todas as fases da vida, mas especialmente quando se encontra mais débil e vulnerável. A atitude de dar atenção aos outros (amor, solidariedade, compaixão) é fundamentalmente educada e praticada na família, pelo que, quando esta falha e não existem suficientes estruturas sociais de acolhimento e dispensa de cuidados a idosos, torna-se indispensável encontrar outras formas de ajuda mútua e de

solidariedade, dinâmica que constitui a essência do mutualismo, pelo que o nosso movimento está especialmente vocacionado para complementar a solidariedade familiar, fomentando e desenvolvendo o conceito de solidariedade associativa, que não se deve quedar pelos aspectos tangíveis, mas alargando o seu humanismo à totalidade das necessidades das pessoas, inclusivamente as situações de solidão, promovendo, organizadamente, o voluntariado associativo, aproximando os associados disponíveis dos associados carentes, numa dinâmica de «fazermos aos outros hoje aquilo que gostaríamos que os outros nos fizessem amanhã», como se cada associação funcionasse como uma grande família de adopção.

II. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010

Pese embora os constrangimentos financeiros, o Conselho de Administração desenvolveu, ao longo do ano de 2010, um conjunto de actividades de que a seguir se destacam as mais significativas.

1. FORMAÇÃO PARA QUADROS E DIRIGENTES MUTUALISTAS

O plano formativo, delineado especificamente para dirigentes e quadros das Mutualidades, consubstanciou-se na realização de 3 cursos, ministrados a cerca de uma centena de formandos, do norte, centro e sul do país, abarcando os temas: «Economia Social e Mutualismo», «Associações Mutualistas: Organização e Gestão» e «Gestão da Qualidade em Respostas Sociais». A dimensão e o alcance da iniciativa foi significativamente dissecada aquando da avaliação dos dados recolhidos, os quais permitem asseverar que, de uma forma genérica, os participantes classificaram-na de muito positiva, essencialmente por permitir uma alargada troca de experiências, designadamente naquelas matérias em que era mais notória a novação e que maiores benefícios futuros proporcionarão. Em suma, tratou-se de um importante investimento, que, por certo, produzirá amplos benefícios a breve prazo e, por tal, constituirá poderoso incentivo para prosseguir nesta aposta de acções formativas desenhadas especificamente para dirigentes e quadros mutualistas.

2. PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR

Com o propósito de incentivar a implantação de projectos que constituam uma «boa prática», isto é, um exemplo de inovação e modernidade, que possa ser seguido pelas demais associações mutualistas, nas áreas em que estas actuam, contribuindo,

desta forma, para o progresso e desenvolvimento do mutualismo, o Conselho de Administração entendeu instituir anualmente o Prémio Inovar para Melhorar.

O júri, constituído pelos Senhores Drs. José da Silva Peneda, que presidiu, Edmundo Martinho e Eduardo Graça, deliberou atribuir o prémio «Inovar para Melhorar-2010» à ASM de Ponta Delgada, por ter apresentado o projecto «Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade», que se caracteriza por um elevado nível de inovação, a que acresce a preocupação com a qualidade, elemento essencial para a modernização do sector social e, em particular, do mutualismo. Deste modo, tornou-se a primeira farmácia da R.A. Açores e a primeira associação mutualista do país com garantia de qualidade certificada dos serviços médicos e farmacológicos, constituindo, sem dúvida, um exemplo que deverá ser seguido pelas demais associações congéneres.

Apresentaram-se igualmente a concurso, para além da Familiar de Espinho – AM e da ASM João de Deus, A Vilanovense – AM, com o projecto «*Software* GAM-Gestão de Associações Mutualistas», que introduziu um novo sistema de cobrança electrónica de quotas dos associados, e a ASM dos Empregados do Estado, com o projecto «*Software* ASMEE proj.inovar», que consiste num *software* integrado, composto pelo site institucional, um portal de serviços e um *backoffice* administrativo. Estes projectos configuram-se como poderosas ferramentas de gestão, capazes de melhorar a eficiência administrativa das organizações, que podem, e devem, ser replicadas pelas demais associações mutualistas.

A entrega do prémio teve lugar na sessão solene do Dia Nacional do Mutualismo, tendo o Presidente da ASM de Ponta Delgada, Senhor Henrique Teixeira Luís, recebido o respectivo galardão das mãos do Dr. Eduardo da Silva Farinha, Administrador do Montepio Geral, instituição patrocinadora do prémio.

3. DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

A celebração do Dia Nacional do Mutualismo constituiu uma autêntica jornada festiva, muito tendo contribuído para a divulgação do Movimento Mutualista em Portugal, dignificada pela presença da Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Dra. Helena André, que presidiu à sessão solene, levada a efeito em 23 de Outubro de 2010, na cidade das Caldas da Rainha.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dra. Maria de Belém Roseira, deu as boas-vindas às personalidades e demais participantes e anunciou os temas a abordar,

o primeiro, pelo Prof. Doutor Pedro Ferreira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, intitulado «Economia Social vs Economia Social de Mercados» e o segundo, «Mutualismo e o seu enquadramento em Portugal», pelo Dr. Pedro Bleck da Silva, Jurista e Vice-Presidente da União das Mutualidades Portuguesas.

No desenrolar da sessão foram entregues os prémios «Mutualismo e Solidariedade 2009», ex-aequo, ao Montepio Rainha D. Leonor e ao associado José Robalo Martins, Director Executivo da União, galardões atribuídos, o primeiro, no âmbito da celebração do 150.º aniversário duma instituição que tem sabido dar respostas inovadoras aos anseios dos seus oito milhares de associados, nos domínios da saúde e do apoio aos idosos, e o segundo, em reconhecimento pelos relevantíssimos serviços que, como exemplo vivo da solidariedade mutualista em Portugal, tem prestado à causa mutualista, e pelo amor e dedicação na forma como o faz. Igualmente, foi rendida homenagem ao jornalista Mário Branco, Director do MUT e autor do livro «Mutualismo com jornalistas dentro», lançado no âmbito deste Dia Nacional do Mutualismo, e ao Designer Niels Fischer, autor do Logo institucional e da renovação da Imagem da União, a ambos tendo sido manifestado, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o apreço e reconhecimento pelo apego, dedicação e fidelidade aos valores mutualistas, com os quais estão identificados há um quarto de século.

3.1. EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO LIVRO «MUTUALISMO COM JORNALISTAS DENTRO»

Com o objectivo de aumentar a notoriedade do movimento mutualista em Portugal e no âmbito das iniciativas promovidas para a celebração do Dia Nacional do Mutualismo, a União das Mutualidades Portuguesas promoveu a edição do Livro «Mutualistas com Jornalistas Dentro», do jornalista Mário Branco, que constitui um excelente repositório de valiosos contributos para a história dos 200 anos do Mutualismo em Portugal.

4. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO DE 2010

Depois de longas e arrastadas reuniões encetadas com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi possível, perto do final do ano, outorgar o habitual Protocolo de Cooperação.

Embora se tivessem mantido, em 2010, os valores da comparticipação financeira da Segurança Social de 2009, foram introduzidas algumas flexibilizações em relação a anteriores exigências, e revistos, numa perspectiva de garantir a sustentabilidade

financeira das instituições, o valor de referência, em lar de idosos, para efeitos de comparticipação familiar. Quanto ao valor da comparticipação financeira do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a atribuir à União das Mutualidades Portuguesas, em 2010, o mesmo será igual ao maior valor de entre o montante atribuído em 2009 e a média dos montantes atribuídos nos últimos três anos.

Está previsto também um mecanismo de compensação para o acréscimo de encargos com a entrada em vigor do Código Contributivo.

5. REUNIÃO CONJUNTA DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS DA UMP

Em cumprimento do disposto no artigo 58.º dos Estatutos e a solicitação do Conselho de Administração, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocou os três Órgãos Associativos para uma reunião, com o objectivo de se proceder a uma análise da actividade desenvolvida pela União no exercício de 2010 e à perspetiva estratégica para o futuro, no âmbito da qual foi feita a apreciação do Plano de Acção e do Orçamento para 2011, que veio a merecer aprovação na Assembleia Geral de 11 de Dezembro, em Coimbra.

6. IMAGEM INSTITUCIONAL

Com o objectivo de dar um sinal de modernidade, sem, contudo, alterar a essência do movimento mutualista, o logótipo da União das Mutualidades Portuguesas, adoptado há cerca de 25 anos, foi objecto de alguns «retoques», tendo sido requerido o seu registo, o qual veio a ser publicado no Boletim de Propriedade Industrial sob o n.º. 229/2010.

7. FARMÁCIAS SOCIAIS

A problemática das Farmácias Sociais, pela importância de que se reveste para a economia social, tem merecido grande atenção por parte da União, mormente junto dos Tribunais.

Assim, em 2010, terminaram com sucesso os processos pendentes interpostos pelas nossas associadas A Familiar de Espinho – Associação Mutualista, Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista e Montepio Rainha Dona Leonor (já em 2009 havia terminado com sucesso o processo pendente contra o INFARMED, interposto pela nossa associada Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas).

Foi, ainda, obtido acordo com o Sr. Presidente do INFARMED para a desistência dos processos pendentes interpostos pelas nossas associadas Mutualista Covilhanense – Associação Mutualista e Associação Alcacereense de Socorros Mútuos. O INFARMED já apresentou em Tribunal a desistência do processo interposto pela Mutualista Covilhanense – Associação Mutualista, aguardando-se, a todo o momento, a desistência formal do outro processo, pelo que serão mais duas farmácias sociais a atribuir a mutualidades.

No conjunto, desde 2009 até 2011, teremos mais 6 farmácias sociais atribuídas a mutualidades, fruto de uma luta permanente pela defesa dos nossos direitos.

Quanto à nova lei da propriedade da farmácia – Decreto-Lei 307/2007, de 31.08 – foi suscitado pela União das Mutualidades Portuguesas, em 2008, ao Senhor Provedor de Justiça, para que, no uso das suas competências, promovesse a fiscalização abstracta e sucessiva de algumas normas desta lei, nomeadamente a que obriga as farmácias sociais a transformar-se em sociedades comerciais. O Senhor Provedor de Justiça requereu essa fiscalização, em 2008. Este pedido está pendente no Tribunal Constitucional (Processo n.º 899/08 – 2.ª secção).

Em 2010, a União das Mutualidades Portuguesas, atenta ao desenvolvimento do processo, tendo tomado conhecimento da junção aos autos de pareceres em desfavor da sua pretensão, pela Associação Nacional de Farmácias e pela Ordem dos Farmacêuticos, juntou três pareceres em defesa dos seus pontos de vista (dos Professores Doutores Ruy Albuquerque e Eduardo Paz Ferreira e do Advogado Dr. Augusto Vieira).

Escusado será recordar a importância de que se reveste este Acórdão para o movimento mutualista, estando esperançados de que, à semelhança do que se passou com os serviços funerários, venha a ser dado provimento à nossa pretensão.

8. SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

De acordo com um Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi criado um Grupo de Trabalho para a Normalização Contabilística de entidades sem fins lucrativos, que a União das Mutualidades Portuguesas acompanhou, tendo colaborado na feitura das normas aprovadas em Conselho de Ministros e, ainda, em fase de publicação.

Sendo obrigatória a sua aplicação a partir de 2012, vai ser necessário um apreciável esforço de formação, a qual se encontra já em fase de preparação.

9. REUNIÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O SECTOR SOCIAL

A convite do PSD, a União das Mutualidades Portuguesas, acompanhada pela União das Misericórdias Portuguesas e pela CNIS, participou em duas reuniões para abordagem das relações entre o Estado e o Sector Social, bem como dos modelos de respostas sociais de proximidade e outras formas de índole social. A culminar estes contactos, a União das Mutualidades Portuguesas participou num seminário sobre «A Economia Social e o Terceiro Sector», realizado, por iniciativa do PSD, na Assembleia da República, em 29 de Setembro, com o objectivo de serem ouvidas as instituições representativas desta área, com vista à elaboração de um Projecto de Lei de Bases da Economia Social a apresentar ao Parlamento, o que veio a verificar-se já em Fevereiro de 2011.

10. REUNIÕES COM ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS

A solicitação da UMP e para tratar de assuntos do seu interesse ou das suas associadas, realizaram-se, ao longo do ano, reuniões várias de que a seguir se faz uma brevíssima síntese:

MINISTRA DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Apresentação de cumprimentos e manifestação de disponibilidade para colaborar com o Ministério, solicitando a colaboração da Tutela para a revisão do Código Mutualista. Acentuação da importância do papel predominante do movimento mutualista neste tempo de crise.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Elaboração do Protocolo de Cooperação para 2010

SECRETÁRIO DE ESTADO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Possibilidade da UMP participar na Comissão de Acompanhamento do POPH.

Importância da Formação Acção e do acompanhamento subsequente por um Consultor.

Possibilidade de abertura à aceitação de formandos de outras entidades da economia social.

Possibilidade de introdução de um módulo de economia social nas acções de formação profissional.

DIRECTOR GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Dificuldades e obstáculos ao funcionamento das mutualidades e formas de os ultrapassar.

Necessidade de revisão do Código das Associações Mutualistas, nomeadamente ao nível dos Balanços Técnicos, onde é necessária uma maior exigência.

Possibilidade de colaboração entre a Tutela e a UMP com vista ao acompanhamento das AM e à detecção de dificuldades, bem como à análise do tipo de ajuda necessária.

Defesa conjunta dos valores e dos princípios mutualistas, face ao risco de «desmutualização», bem como preservar os nossos direitos.

Necessidade de coordenação de acções e à comunicação entre a Direcção Geral e a UMP.

PLANO OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO (POPH)

Colocação das mesmas questões que haviam sido postas ao Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional.

PLANO OPERACIONAL DO EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Reunião com todos os parceiros para análise e aprovação dos resultados finais do anterior quadro comunitário.

ARS DO NORTE, CENTRO, LISBOA E VALE DO TEJO, ALENTEJO E ALGARVE

Sensibilização para os vários problemas/constrangimentos sentidos pelas AM nas suas áreas Médicas, nomeadamente: legislativos, funcionais (prescrição de medicamentos e emissão de requisições de meios complementares de diagnóstico), tratamento discriminatório, celebração de convenções, acesso ao SAM e protocolo do cheque dentista.

Solicitação do alargamento à UMP do Protocolo, de âmbito nacional, estabelecido entre o Ministério da Saúde e a União das Misericórdias Portuguesas.

Solicitação da Regulamentação da Portaria n.º 427/2009 de 23 de Abril.

INFARMED

Sensibilização para as questões relacionadas com a abertura de Farmácias Sociais, nomeadamente: a sua desistência dos recursos apresentados nas acções vencidas

pelas AM para a concessão de alvarás e a revisão da proibição de porta para o exterior nas instalações das Farmácias Sociais.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DOS SISTEMAS DE SAÚDE (ACSS)

Possibilidade das AM terem acesso ao Serviço de Apoio Médico (SAM), bem como ao programa informático para a prescrição de medicamentos, a partir de Março. Questões práticas sobre a aplicação electrónica e sobre as vinhetas dos médicos. Necessidade das Farmácias Sociais acederem a esta aplicação electrónica.

11. CANDIDATURA AO INOV SOCIAL

Na sequência do processo de candidatura oportunamente apresentado, tomou-se conhecimento da autorização concedida para a União das Mutualidades ministrar estágios a 5 jovens licenciados nas áreas de Direito, Informática, Gestão de Recursos Humanos, Contabilidade e Economia. Os orientadores dos estágios serão os nossos actuais colaboradores e consultores, coordenados pelo Mestre José Alberto Pitacas e o objectivo é o de transmitir a estes jovens estagiários os conhecimentos e a experiência adquirida ao longo de muitos anos e que se torna indispensável disponibilizar para o serviço das nossas associadas.

12. RESTITUIÇÃO DO IVA

De acordo com as medidas de consolidação orçamental, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) deixaram de beneficiar da recuperação do IVA quando suportado em determinadas aquisições de bens e prestação de serviços, situação a que a União das Mutualidades, acompanhada da União das Misericórdias e da CNIS, aduzindo razões que se prendem com a sua qualidade de consumidor final, tentaram, junto das instâncias superiores, minimizar as consequências de tal medida, tendo sido concedido que ainda se aplique a anterior legislação aos projectos em execução e aos já aprovados pelos organismos públicos competentes.

13. RELAÇÕES COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

13.1. UEFS – União Europeia das Farmácias Sociais

No prosseguimento da parceria havida com a União das Misericórdias, a representação destas instituições tem sido assegurada pela União das Mutualidades.

Tanto no Comité Director, como durante a Assembleia Geral (17 e 18 Setembro, em Genebra, na Suíça), além da apresentação e aprovação de contas do exercício anterior, foram focados outros assuntos e questões de interesse geral e transversais a todos os países europeus, nomeadamente o regime de propriedade das farmácias de oficina, donde ressalta a manutenção das legislações de cada país. Sobre esta matéria, no entanto, nada é definitivo.

Após a Assembleia Geral, teve lugar uma conferência sobre o tema: «As funções e competências do farmacêutico à luz de formas alternativas e inovadoras, na dispensa dos medicamentos e de novos serviços farmacêuticos».

A despesa com os medicamentos, por parte dos sistemas de saúde, nos diversos países europeus, é preocupante de igual modo para todos. Não sendo um problema de um único país isoladamente, mas sim de toda a Europa, prevê-se que todos os sistemas de saúde irão reduzir os custos com os medicamentos, pelo que, para a sobrevivência da farmácia de oficina, esta deve ser reinventada e modernizar-se, oferecendo novos serviços de saúde, tal como já acontece em Portugal: vendas por internet, entregas ao domicílio, serviços de enfermagem e outros serviços de saúde, tais como consultas de nutrição e outras.

Em conclusão, os próximos anos vão ser difíceis para todas as farmácia em geral e mais particularmente para as farmácias sociais, devido à sua especificidade.

13.2. AIM – Associação Internacional da Mutualidade

A UMP esteve presente em duas Assembleias Gerais da Associação Internacional das Mutualidades, bem como em diversas outras reuniões do Comité de Peritos em Assuntos Europeus da mesma Instituição.

O objectivo é fazer ouvir a voz das mutualidades portuguesas, procurar acautelar os seus interesses e acompanhar o desenvolvimento das políticas europeias em assuntos que se prendem com a actividade das mutualidades na Europa, como sejam os dossiers sobre cuidados de saúde transfronteiriços e Solvência II.

A UMP tem também acompanhado, neste âmbito, de muito perto, o desenvolvimento das acções ao nível do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, com vista ao reconhecimento jurídico da acção das mutualidades num contexto intra europeu.

13.2.1. AIM GRUPO TÉCNICO DE PENSÕES

O Presidente do Grupo Técnico de Pensões representou a AIM no Fórum Pensões, evento que essencialmente serviu para a apresentação do Livro Verde sobre «Regimes Europeus de Pensões Adequados, Sustentáveis e Seguros», peça técnica que foi divulgada e aberta à apreciação das Entidades Públicas e Privadas.

A convite de organizações mutualistas Sul-Americanas, a UMP participou no fórum intercontinental levado a efeito em Buenos Aires, onde apresentou a comunicação «O Papel do Mutualismo como aliado do Estado e a Intervenção da Economia Solidária no bem-estar das Populações».

A convite da Presidência Espanhola, participou na «Conferência sobre o Envelhecimento Activo e Saudável», realizada em Logroño.

Na reunião do Grupo de Trabalho dos Técnicos de Pensões AIM, realizada em Casablanca, no dia 20 de Outubro, com a participação de um membro da Comissão Europeia, onde os temas das comunicações se basearam no LIVRO VERDE, o Presidente do Grupo de Trabalho apresentou uma comunicação aos demais membros presentes sobre o LIVRO VERDE com o título «Entre a utopia e a realidade, não existe só uma única solução. Há um caminho: SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL».

14. RELAÇÕES COM ORGANISMOS NACIONAIS E REGIONAIS

14.1. CNAAPAC – Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação

A UMP integra esta Comissão, cujas funções, entre outras, são as de analisar as questões suscitadas pela interpretação dos instrumentos e legislação sobre cooperação, acompanhar e avaliar a execução dos protocolos e programas de cooperação, e promover a resolução das questões que se possam levantar.

14.2. CDAAPAC – Comissões Distritais de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação

A UMP tem vindo a integrar estas Comissões Distritais, sendo representada pelas nossas AM associadas em praticamente a totalidade dos distritos, cuja presença permite o acompanhamento da execução dos Protocolos e a participação na decisão em defesa dos interesses das nossas associadas.

Ao longo deste ano, foram abordados os seguintes pontos: formular uma proposta consensual quanto à questão das quotas reservadas para a Segurança Social nos acordos de cooperação de Lar de Idosos; e definição de critérios em que assenta a definição de quotas.

14.3. CES – Conselho Económico Social

A UMP é membro suplente da União das Misericórdias Portuguesas e da CNIS, tendo participado, em substituição daquelas entidades em várias reuniões deste Conselho.

14.4. Conselho Consultivo das Famílias

Na qualidade de membro efectivo a União participou neste Conselho havendo abordado questões correlacionadas com a parentalidade e debatido projectos delineados para intervir na área da Luta contra a Pobreza.

14.5. CNRIPD – Conselho Nacional da Reabilitação e Inserção das Pessoas com Deficiência

A UMP integra este Conselho, em cujas reuniões ao longo deste ano foram debatidos e acordados os seguintes pontos: Estratégia Nacional para a Deficiência (ENDEF-2011/2013); criação duma linha de financiamento pelo QREN (a medida «Rampa») para planear e lançar pelas Câmaras Municipais as intervenções integradas em todos os problemas inerentes à deficiência.

14.6. CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

A UMP é membro do Organismo Coordenador deste Conselho, tendo participado nas suas reuniões mensais. Aderiu ao projecto «EUV4CIT», que visa promover a cidadania activa, a nível europeu.

O ano de 2011 foi oficialmente proclamado, pelo Conselho de Ministros da União Europeia, como o Ano Europeu das actividades voluntárias que promovem a cidadania activa.

Foi criada a Comissão de Acompanhamento do Ano Europeu do Voluntariado 2011, de que a UMP é membro efectivo, para promover as comemorações em Portugal.

14.7. CNSM – Comissão Nacional para a Saúde Mental

A UMP participou nas reuniões realizadas ao longo do ano de 2010 por esta Comissão, nas quais foram tratados vários assuntos relativos à área da Saúde Men-

tal, desde a definição de um modelo de financiamento até à implementação de um projecto de monitorização dos direitos das pessoas com doença mental, passando pela assinatura de um protocolo envolvendo várias entidades com vista à prevenção da violência familiar e dos maus tratos a crianças e jovens.

14.8. CNRSI – Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

A UMP tem participado nas reuniões desta Comissão, nas quais, ao longo do ano de 2010, foram abordados vários assuntos, dos quais ressaltam o contributo para a celebração em 2010 do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a preparação de um Kit para os jovens sobre o RSI para poderem abrir uma conta num montante reduzido oferecido pelo Montepio e uma nova modalidade de micro-crédito, não individual, mas sim para um grupo de pessoas, proposta pelo Montepio.

14.9. CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

A UMP esteve presente em várias sessões promovidas por esta Comissão, entre as quais a da apresentação do IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, e a evocativa do Dia Internacional para a eliminação de todas as formas de violência.

14.10. CNPCJR – Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco

A UMP participou nas reuniões mensais desta Comissão, nas quais se abordaram, ao longo do ano de 2010, entre outros assuntos, os seguintes: assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P., outro com o Programa Escolhas e, ainda um terceiro, com o Ministério da Saúde, a CIG, e a CNSM, todos com vista à promoção e à protecção dos direitos das crianças e jovens e das suas famílias.

15. PRESENÇA JUNTO DAS ASSOCIADAS

A UMP esteve presente, durante o ano de 2010, em diversas comemorações de aniversários e na realização de acções levadas a efeito pelas nossas associadas, aproveitando a oportunidade para as conhecer melhor e lhes dar a conhecer também a nossa União: ASM S. Bento das Peras de Rio Tinto, ASM Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas, Associação Mutualista Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, ASM Montepio Grandolense, ASM Montepio Rainha D. Leonor das Caldas da Rainha, Legado do Caixeiro Alentejano-

-Associação Mutualista, ASM de S. Francisco de Anta, ASM A Restauradora de Avintes, ASM Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos de Valadares, ASM de Serzedo, ASM de Empregados de Comércio de Lisboa.

Nesta linha de aproximação às nossas associadas, realizaram-se várias reuniões do Conselho de Administração fora da Sede da UMP, em Lisboa (sede do Montepio Geral), Caldas da Raíña (Centro Cultural e de Congressos), Silves (sede da ASM João de Deus), Coimbra (sede da Previdência Portuguesa-AM), bem como as Assembleias Gerais de 27 de Março e de 11 de Dezembro de 2010 nas instalações, respectivamente, da primeira e da última associadas.

16. CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

A UMP é sócio fundador e membro efectivo da CASES, tendo sido eleita Presidente do Conselho Fiscal. O ano de 2010 foi o ano de arranque e de instalação, tendo sido aprovado um ambicioso Plano de Actividades para 2010 e 2011, bem como o Orçamento para 2010. A CASES é uma experiência de parceria entre o Sector Público e o Sector Privado Social e Solidário, propondo-se a afirmação e a defesa da Economia Social, na linha da Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, a que mais acima se faz referência. De entre as atribuições que lhe foram cometidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010, de 4 de Fevereiro de 2010, publicada no Diário da República de 4 de Março, avultam, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), a gestão duma linha de crédito bonificado, no valor de 12,5 milhões de euros, específica para as entidades que integram o sector social, bem como a coordenação e o acompanhamento, em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação e a Direcção Geral de Tesouro e Finanças, do Programa Nacional de Microcrédito, no montante global de 15 milhões de euros.

Nesta mesma resolução, determina-se a criação do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), a qual veio a ocorrer já no findar do ano, tendo a sua sessão inaugural tido lugar a 14 de Janeiro de 2011.

Pela sua importância, refira-se a realização do Seminário Luso Espanhol de Economia Social, a 26 de Novembro, no qual participou a UMP, juntamente com todas as instituições fundadoras, e onde se abordou, entre outras temáticas, a Lei de Bases da Economia Social em Espanha.

16.1. GRUPO DE TRABALHO

Para permitir uma mais ampla participação das instituições fundadoras na vida e nas decisões da CASES, foi instituído, no âmbito da Assembleia Geral, um Grupo de Trabalho permanente para a análise e o acompanhamento das diversas actividades que lhe são propostas, nele participando activamente a nossa União, levando a nossa experiência e colhendo os benefícios das experiências alheias, num entrosamento institucional extremamente benéfico para a coesão da área da economia social e solidária.

17. PROJECTOS DE REVISÃO DAS NORMAS REGULAMENTARES

17.1. Revisão do Código Mutualista

Encontram-se concluídas as linhas de orientação conducentes à alteração do Código Mutualista, diploma que ao fim de uma vintena de anos regista alguns desajustes funcionais, as quais irão ser apresentadas na próxima Assembleia Geral.

17.2. Alteração de Estatutos

Encontra-se em fase de conclusão.

17.3. Elaboração de Regulamento da Assembleia Geral

Completado e vai ser presente à próxima Assembleia Geral Extraordinária.

17.4. Elaboração de Regulamento Disciplinar

Encontra-se em fase de conclusão.

17.5. Elaboração do Código de Ética

Encontra-se em fase de conclusão.

III. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2010

Apresentam-se as Demonstrações Financeiras de 2010, constituídas pelo Balanço e Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010 e o respectivo Anexo, o qual visa fornecer um conjunto de informações complementares àquelas peças

1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2010

A análise económico-financeira dos resultados apurados é demonstrativa da realidade verificada no exercício de 2010.

O acréscimo de Custos e Perdas Totais de 161 478 € para 282 944 € (+75%) explica-se pelo aumento do Fornecimento e Serviços Externos de 102 309 € para 164 663 € (+60%) encargos devidos à Formação para Dirigentes e Quadros, trabalhos especializados com as publicações, parecer jurídico sobre Farmácias Sociais e a comemoração do Dia Nacional do Mutualismo, nas Caldas da Rainha.

O aumento verificado em Custos com o pessoal de 42 890 € em 2009 para 52 421 €, em 2010 (+22%) resulta de ajustamentos nas categorias profissionais e respectivos encargos sociais.

Os Custos e Perdas Extraordinárias foram de 49 264 €, resultante exclusivamente, da quebra da comparticipação da Segurança Social no âmbito do Protocolo de Cooperação, e que teve grande impacto nos Custos e Perdas e consequentemente no Resultado Líquido do Exercício.

Os Proveitos e Ganhos registam uma substancial subida no apoio financeiro do Montepio, de 17 335 € para 109 980 € o que veio a estabilizar a situação financeira da União.

A estimativa da comparticipação da Segurança Social para 2010 decresceu (-18,1%) em relação à de 2009 em cumprimento da norma 12.ª do protocolo de Cooperação para 2010.

A Associação Mutualista dos Trabalhadores da Saúde – AMUSA foi extinta em 2010, resultando para a União de um proveito extraordinário de 2 335 €, ao abrigo da alínea e) do artigo 108.º do Código Mutualista.

Face ao vertente contexto os resultados correntes apresentam uma quebra de 72% ao baixarem de 23 362 € para 13 573 €.

O Resultado Líquido do Exercício de 2010 foi de (33 356 €), inferior ao valor atingido em 2009, que foi de 39 862 €, devendo-se essencialmente o resultado negativo, aos Resultados Extraordinários (46 929 €), já justificado anteriormente.

2. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

O total do Activo líquido registou um decréscimo de 502 994 € para 459 124 € de 2009 para 2010, (-8,3%), em virtude, essencialmente, do decréscimo de dívidas de terceiros de curto prazo (-27%) onde se encontram contabilizados os valores a receber do ISS, IP e da redução das disponibilidades (-6,7%).

A redução verificada foi coberta, integralmente, pelos Fundos Próprios, que integraram, ainda, a diminuição do total do Passivo de 104 735 € para 94 221 € (-10%), verificada nas Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo/Dívidas de Instituições de Crédito (12 000 €) e nas Dívidas a Terceiros – Curto prazo 576 €.

Deste modo, os Fundos Próprios, embora reduzidos pelo valor do resultado Líquido do exercício, constituem 79% do valor do Activo Líquido.

A situação de liquidez é sólida porquanto o Activo Circulante/Passivo a Curto Prazo representa um rácio de 435%.

3. PROPOSTA

Ao submeter à apreciação dos Associados o presente Relatório de Actividade e Contas do exercício de 2010, o Conselho de Administração propõe que:

Proposta

Para cumprimento do disposto nos artigos 51.º a 53.º dos Estatutos, o resultado do exercício no montante de (33 356,17 €), regularizado pela afectação ao Fundo de Administração de (42 972,85 €), após a afectação ao Fundo de Solidariedade Associativa do valor de 9 616,68 €.

Fundo de Solidariedade Associativa	9 616,68 €
Fundo de Administração	(42 972,85 €)
TOTAL	(33 356,17 €)

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

*Presidente – Alberto José dos Santos Ramalheira
em Representação do Montepio Geral – AM*

*Vice-Presidente Norte – Luís Alberto Sá e Silva
em Representação da Mutualidade de Santa Maria – AM*

*Vice-Presidente Centro – Carlos Manuel Casteleiro Alves
em Representação da ASM Covilhanense*

*Vice-Presidente Lisboa e Regiões Autónomas – Pedro Maria Bleck da Silva
em Representação da ASM dos Empregados no Comércio de Lisboa*

*Vice-Presidente Sul – Inácio Correia da Silva
em Representação da ASM João de Deus*

*Vogal – Administrador Delegado – Artur Francisco Neves Freire
em Representação da ASM dos Empregados do Estado*

*Vogal – Secretário Geral – Edgar José Vilares Diogo
em Representação do Mealheiro Postal – AM*



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2010

BALANÇO

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		31.12.2010			n-1
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
431	Despesas de instalação				
441/6	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos p/conta de imobiliz. incorp.				
<hr/>					
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
421	Terrenos e recursos naturais	34 106		34 106 34 106	
422	Edifícios e outras construções	102 320	18 190	84 130 86 176	
423	Equipamento básico				
424	Equipamento de transporte				
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento Administrativo	36 375	31 838	4 537 4 804	
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas				
441/6	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos p/conta imob. corpóreas				
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	
		172 801	50 028	122 773 125 086	
<hr/>					
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
411	Partes de capital	17 000		17 000	
412	Obrigações e títulos de participação				
413	Empréstimos de financiamento				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	99		99 99	
441/6	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos p/conta de invest. financeiros				
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	
		17 099		17 099 99	

BALANÇO

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		31.12.2010			n-1
		AB	AP	AL	AL
CIRCULANTE:					
EXISTÊNCIAS:					
36	Matérias primas subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	2 193		2 193	1 879
37	Adiantamento por conta de compras				
		2 193		2 193	1 879
	Dividas de terceiros – Médio e longo prazo				
	Dividas de terceiros – Curto prazo:				
2111	Clientes c/c				
2112	Clientes – Titulos a receber				
2118	Clientes de cobrança duvidosa				
2121	Utentes c/c				
2128	Utentes de cobrança duvidosa				
251	Associados	3 242		3 242	3 367
2516	Associados de Cobrança Duvidosa	15 544	15 544		
252	Beneficiários				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Caixa Económica c/c				
262+221+					
265/8	Outros devedores	117 946		117 946	162 678
		136 732	15 544	121 188	166 045

BALANÇO

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		31.12.2010			n-1
		AB	AP	AL	AL
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:					
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
12+13+14	Depósitos Bancários	195 540		195 540	209 784
	Caixa	331		331	101
		<u>195 871</u>		<u>195 871</u>	<u>209 885</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
271	Acréscimos de proveitos				
272	Custos diferidos				
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		<u>50 028</u>		
	TOTAL DE PROVISÕES		<u>15 544</u>		
	TOTAL DO ACTIVO	<u>524 696</u>	<u>65 572</u>	<u>459 124</u>	<u>502 994</u>

SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		31.12.2010	n-1
CAPITAL PRÓPRIO:			
52	Fundo Social	6 949	6 949
56	Reservas de reavaliação		
571	Reservas legais	27 079	20 563
572	Reservas estatutárias	293 309	259 963
574/579	Outras reservas	70 922	70 922
59	Resultados transitados		
	Subtotal	398 259	358 397
88	Resultado Líquido do Exercício	-33 356	39 862
	Total do Capital Próprio	364 903	398 259
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			
28	Provisões matemáticas p/ encargos c/ modalidades associativas		
292	Provisões para outros riscos e encargos		
DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO			
231	Dívidas a Instituições de Crédito	13 784	25 783
		13 784	25 783

SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		31.12.2010	n-1
DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO			
231	Dívidas a Instituições de crédito	12 000	12 000
251	Associados (Adiantamentos)	249	
252	Beneficiários		
232	Empréstimos por obrigações		
231+12	Dívidas a instituições de crédito		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores – Facturas em recepção e conferência		
222	Fornecedores – Títulos a pagar		
225	Fornecedores com caução		
2612	Fornecedores de imobilizado – Títulos a pagar		
2119	Adiantamento de Clientes		
2129	Adiantamento de Utentes		
239	Outros empréstimos obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2 151	1 464
262/8+			
+267/8+			
+2111+			
+2121	Outros credores	58 933	59 293
		73 333	72 757
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custo	7 104	6 195
274	Proveitos diferidos		
		7 104	6 195
	TOTAL DO PASSIVO	94 221	104 735
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	459 124	502 994

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		31.12.2010	n-1
60	Custos Inerentes a Associados:		
607	Aumento de provisões matemáticas		
601/6+608	Outros custos das modalidades associativas		
61	Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas		
62	Fornecimentos e serviços externos	164 663	102 309
64	Custos com o pessoal:		
641	Remunerações:		
641/2	Remunerações	42 985	35 029
643/8	Encargos Sociais	9 436	7 861
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	6 265	4 562
67	Provisões		
63	Impostos	17	17
65	Outros Custos Operacionais	10 169	10 499
683/4	Amortizações e provisões de aplic. e inv. financeiros	145	152
(1)	Juros e custos similares		
	(A)	233 680	160 429
69	Custos e perdas extraordinárias	49 264	1 049
	(C)	282 944	161 478
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		
	(E)	282 944	161 478
88	Resultado Líquido do Exercício	-33 356	39 862
		249 588	201 340

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício|2010

Em Euros

Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		31.12.2010	n-1
70	Proveitos inerentes a associados:		
707	Redução de provisões matemáticas		
701/3+ +705/6+			
+708	Outros proveitos da modalidade associativa	19 370	19 367
			19 367
71	Vendas		
72	Prestações de serviços		
(1)	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria instituição		
73	Proveitos suplementares	231	
74	Comparticipações e subsídios à exploração:		
741	Estado e outros entes públicos:		
7411	Do ISS.IP	116 196	141 842
745	De Instituições Particulares		
	Do Montepio Geral	109 980	17 335
	Da Mutualidade da Moita AM		1 706
			19 041
76	Outros Proveitos Operacionais		
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
	Juros Obtidos	1 476	3 541
	(B)	247 253	183 791
79	Proveitos e Ganhos extraordinários	2 335	17 549
	(D)	249 588	201 340

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício|2010

Em Euros

RESUMO	2010	2009
Resultados correntes (B) - (A)=	13 573	23 362
Resultados antes dos impostos: (D) - (C)=	-33 356	39 862
Resultado líquido do exercício: (D) - (E)=	-33 356	39 862

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2011

O Técnico Oficial de Contas – TOC 60494

Maria Odete Duarte Silva

O Conselho de Administração

*Presidente – Alberto José dos Santos Ramalheira
em Representação do Montepio Geral – AM*

*Vice-Presidente Norte – Luís Alberto Sá e Silva
em Representação da Mutualidade de Santa Maria – AM*

*Vice-Presidente Centro – Carlos Manuel Casteleiro Alves
em Representação da ASM Covilhanense*

*Vice-Presidente Lisboa e Regiões Autónomas – Pedro Maria Bleck da Silva
em Representação da ASM dos Empregados no Comércio de Lisboa*

*Vice-Presidente Sul – Inácio Correia da Silva
em Representação da ASM João de Deus*

*Vogal – Administrador Delegado – Artur Francisco Neves Freire
em Representação da ASM dos Empregados do Estado*

*Vogal – Secretário Geral – Edgar José Vilares Diogo
em Representação do Mealheiro Postal – AM*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS AS MODALIDADES

Em Euros

CONTAS	MODALIDADES	Administração	Solidariedade Associativa	TOTAL
70	Proveitos Inerentes a Associados:			
701	Jóias	12 088	7 282	19 370
702	Quotizações			
703	Contribuições dos regimes profissionais complementares			
705	Rendas vitalícias			
706	Comparticipação na prestação de cuidados de saúde			
707	Redução de provisões matemáticas			
708	Outros proveitos inerentes a associados			
71/6	Outros proveitos operacionais	226 407		226 407
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 476		1 476
	Subtotal (1)	239 971	7 282	247 253
60	Custos Inerentes a Associados:			
+608	Custos das modalidades			
607	Aumento de provisões matemáticas			
61/7	Outros custos operacionais	233 535		233 535
68	Custos e perdas financeiras	145		145
	Subtotal (2)	233 680		233 680

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS AS MODALIDADES

Em Euros

CONTAS	MODALIDADES	Administração	Solidariedade Associativa	TOTAL
83	Resultados correntes (1)-(2)=(3)	6 291	7 282	13 573
79	Proveitos e ganhos extraordinários (4)	1	2 334	2 335
69	Custos e perdas extraordinários (5)	49 264		49 264
84	Resultados extraordinários (4)-(5)=(6)	-49 263	2 334	-46 929
86	Imposto sobre o rendimento do exercício (7)			
88	Resultados Líquidos (3)+(6)-(7)	-42 972	9 616	-33 356



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
2010

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS de 2010

O Plano de Contas das Associações Mutualistas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 295/95 de 17 de Novembro, define as informações adicionais que devem ser apresentadas no final do ano.

As peças finais de apresentação obrigatória, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, visam fornecer um conjunto de informações adicionais ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Com essa finalidade foram preparadas as seguintes notas informativas:

1. Não se verificam derrogações às disposições do Plano de Contas.
2. As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.
3. Os Títulos negociáveis são contabilizados ao preço de compra.
Nas amortizações do Imobilizado foram utilizadas as taxas genéricas do Dec. Regulamentar 2/90.
4. Não se verificam conversões de moeda estrangeira em moeda portuguesa nas contas do Balanço e na Demonstração de Resultados.
5. O número médio de pessoas ao serviço da UMP no exercício de 2010 foi de 8, sendo 3 em regime de trabalho dependente e 5 em regime de trabalho independente.
6. Número de associados contribuintes – 73
7. Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e provisões constam dos quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas:						
· Edifícios e Recursos Naturais	34 106					34 106
· Edifícios e Outras Construções	102 320					102 320
· Equipamento Administrativo	35 441		3 949		3 015	36 375
	171 867		3 949		3 015	172 801

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas:				
· Edifícios e Outras Construções	16 144	2 046		18 190
· Equipamento Administrativo	33 636	4 218	3 015	31 839
	46 780	6 264	3 015	50 029

8. A composição da Carteira de títulos é a seguinte:

Designação	Quantidade	Valor Nominal	Valor de balanço (activo bruto)		Valor do mercado	
			Unitário	Total	Unitário	Total
Partes de Capital	17	1 000	1 000	17 000		
Títulos de Dívida Pública	20 451	55%		99		112

9. A UMP não possui participações financeiras de montante igual ou superior a 20% do seu capital.
10. Não foram efectuadas reavaliações.
11. Quadro discriminativo das reavaliações – sem movimento, por efeitos do ponto 10.
12. A União não possui bens utilizados em regime de locação financeira.
13. Não existe a conta «Fundo de pensões de reforma do pessoal e obrigações similares»
14. Existem em 31.12.2010 dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas rubricas de «Dívidas de Associados» no valor de 15 544 €.
15. Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da União.
16. Não existem dívidas que se encontrem tituladas e não evidenciadas no Balanço.
17. Não existem dívidas em situação de mora na conta «Estado e outros entes Públicos».
18. Não existem compromissos financeiros que não figurem no Balanço.
19. Não existem provisões matemáticas para encargos.
20. Não existem Fundos Permanentes.
21. A União não administra Fundos Autónomos dos Regimes Profissionais Complementares.

22. Não existem variações de reservas de reavaliação por não existirem reavaliações nem Reservas para esse fim.
23. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios:
Explicação e Justificação dos movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais próprios.

Capitais Próprios	Saldo Inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Fundo Social	6 949			6 949
Fundo de Reserva Geral	20 563	6 516		27 079
Fundo de Administração	52 823	26 064		78 887
Fundo Solidariedade Associativa	207 140	7 282		214 422
Outras Reservas - Doações	70 922			70 922
Saldo do Exercício 2009	39 862	(33 356)	39 862	(33 356)
TOTAL	398 259	6 506	39 862	364 903

A proposta de afectação do resultado do exercício (**33 356 €**) euros aos Fundos Legais Estatutários previstos nos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, encontra-se na Conclusão e Proposta do Conselho de Administração.

24. Rubrica sem movimento
25. Não se aplica à U.M.P.
26. Não existem remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.
27. A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro seguinte:

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	Ano 2010	Ano 2009		Ano 2010	Ano 2009
688 - Outros custos e Perdas Financeiras	145	152	781 - Juros Obtidos	1 476	3 541
Resultados Financeiros	1 331	3 389			
	1 476	3 541		1 476	3 541

28. Sem movimento.
29. Demonstração dos Resultados Extraordinários.

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	Ano 2010	Ano 2009		Ano 2010	Ano 2009
698 - Outros custos e Perdas Extraordinários	49 264	1 049	798 - Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 335	17 548
Resultados Extraordinários		16 499		46 929	
	49 264	17 548		49 264	17 548

30. A Instituição não gere Fundos Autónomos de Regimes Profissionais.

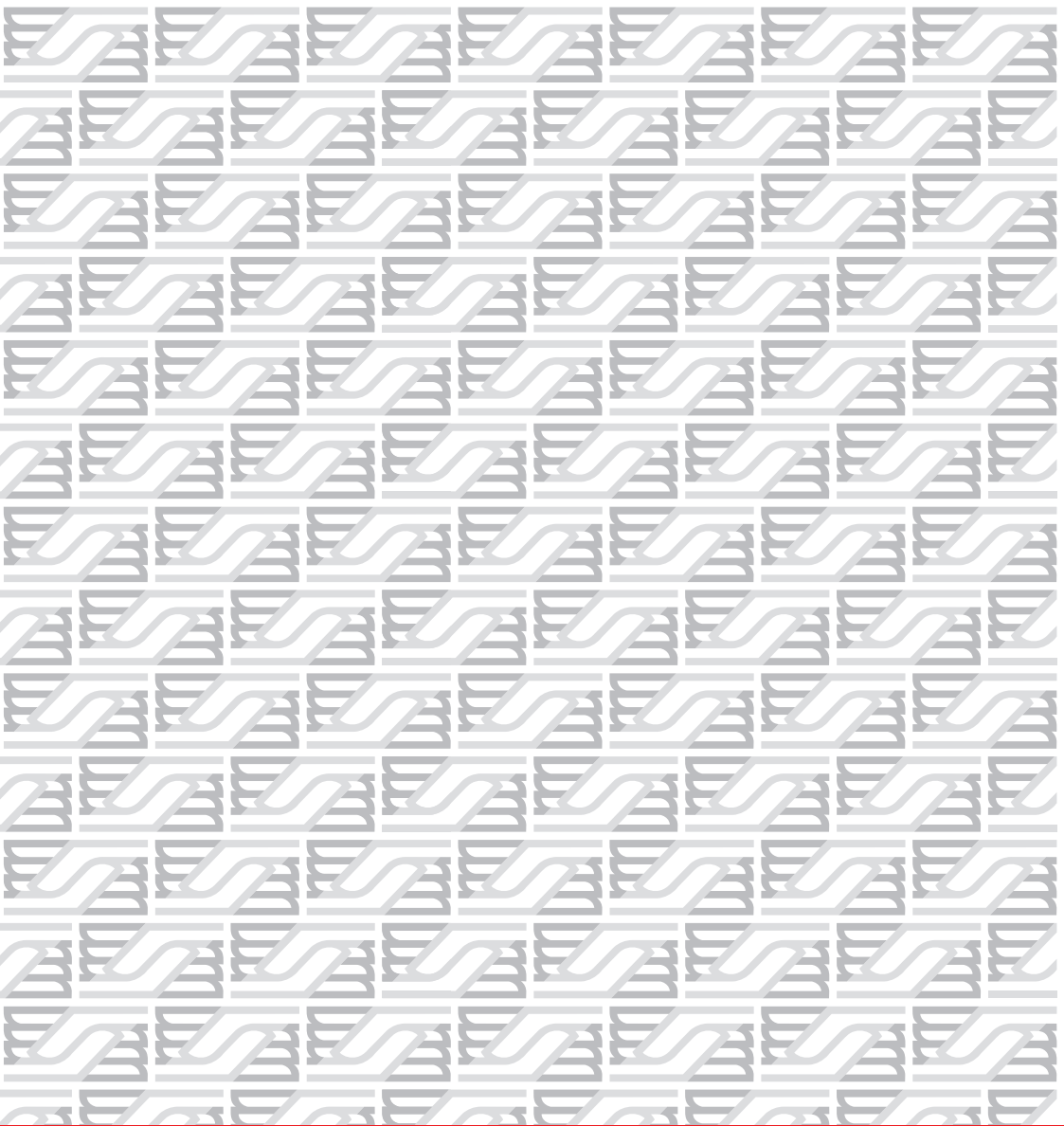
31. Não existem outras informações exigidas por diplomas legais.

32. Considera-se que a informação fornecida é clarificadora da situação financeira e resultados, não existindo outra de maior relevância.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2011

O Técnico Oficial de Contas – TOC 60494

Maria Odete Duarte Silva



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Associados,

Em observância às disposições legais e estatutárias, essencialmente quanto ao estipulado no artigo 33.º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração bem como às Contas relativas ao exercício de 2010.

Ao Conselho Fiscal é grato assinalar a iniciativa do Conselho de Administração que, invocando o disposto no artigo 58.º dos Estatutos, solicitou à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral a reunião conjunta dos Órgãos Associativos, iniciativa que deu causa a ponderada dissecação das possibilidades que o movimento mutualista pode oferecer, essencialmente nesta amálgama de dúvidas que a crise económico-financeira provoca, sem olvidar o princípio de que é na agudeza das carências que as comunidades são levadas a inventariar soluções engenhosas mas de positiva eficácia.

Tanto através dos contactos proporcionados pelo Conselho de Administração como pelas peças que tal órgão disponibilizou, foi possível avaliar o evoluir das acções desenvolvidas durante o ano de 2010. O Conselho Fiscal não pode deixar de se interrogar sobre as fragilidades decorrentes da exiguidade das fontes e montantes de financiamento. Efectivamente, se por qualquer motivo a União das Mutualidades Portuguesas deixar de beneficiar de ajudas externas, muito dificilmente poderá exercer as finalidades para que foi criada.

Analisadas que foram as peças a submeter à consideração da Assembleia e obtidos os esclarecimentos suscitados, é convencimento do Conselho Fiscal que a Demonstração de Resultados reflecte com exactidão, exactamente os custos e proveitos referentes à actividade desenvolvida ao longo do exercício, e que à data de 31 de Dezembro de 2010, o Balanço espelha, sem erros, materialmente relevantes, a situação financeira e patrimonial.

Neste desiderato, o Conselho Fiscal emite o seu parecer no sentido de que:

- a) Seja votado favoravelmente o Relatório do Conselho de Administração e que sejam aprovadas as Contas do exercício de 2010 e os respectivos anexos.
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado:

«Para cumprimento do disposto nos artigos 51.º a 53.º dos Estatutos, seja o resultado do exercício, no montante de (33 356,17) euros, regularizado pela afectação ao Fundo de Administração do valor de (42 972,85) euros, após a afectação ao Fundo de Solidariedade Associativa do valor de 9 616,68 euros.»

- c) Que seja manifestado todo o apreço pelo trabalho desenvolvido no decurso de 2010 aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e, principalmente a todos os trabalhadores da União das Mutualidades Portuguesas e demais colaboradores.

Em, 4 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

*Presidente – Dr. Carlos Trincão Marques
em Representante da ASM Montepio N. Sra. da Nazaré*

*Vogal – António Alves do Vale
em Representante da ASM F. do Concelho de Valongo*

*Vogal – José Santos Almeida
em Representante da A Familiar ASM de Espinho*



UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

Praça Pasteur, 3 - 2.º Esq. | 1000-238 Lisboa

Telefones 21 844 61 70/5

www.mutualismo.com | uniao@mutualismo.com